

A NARRATIVA SOBRE A DITADURA CIVIL-MILITAR NO LIVRO DIDÁTICO DE 9º ANO DA REDE PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

NARRATIVE ABOUT CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP IN THE 9th GRADE OF EDUCACIONAL PUBLIC IN DISTRITO FEDERAL

99

Eric de Sales

Doutor em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional (UNB),
Professor na Faculdade JK
malkerik@yahoo.com.br

Édno Rondinele Chaves de Gois

Licenciado em História pela Faculdade JK – Gama – Unidade I
rondinelechaves@gmail.com

Resumo: Partindo do pressuposto de que a História possui a natureza narrativista, discutir a narrativa sobre a questão da ditadura civil-militar no livro didático é de suma importância para a discussão de uma educação em e para os Direitos Humanos, assim como para um dos principais eixos da chamada Justiça de Transição, qual seja, o direito a memória e a verdade e a luta para o Nunca Mais!, isto é, a luta para que atrocidades que o País vivenciou nunca mais voltem a ocorrer. A principal motivação para a construção deste trabalho está alicerçada nos seguintes pontos: primeiro, a familiaridade que tenho com a fonte (livro didático *História nos Dias de Hoje*, 9º ano, de Flávio Campos, Regina Claro e Miriam Dolhnikoff, escolhido por algumas escolas da rede pública do Distrito Federal para o triênio 2017-2019); segundo, acredito que trabalhar e tratar sobre a temática ditadura civil-militar brasileira (que foi um dos pontos de minha tese de doutoramento) é uma luta constante pelos Direitos Humanos e pela preservação e promoção do direito a memória e verdade; outro ponto de relevância é que, por ser material que será utilizado no triênio 2017-2019 por algumas escolas da rede pública do Distrito Federal, o que afetará como uma porcentagem de jovens aprenderão sobre a história recente do Brasil.

Palavras-chave: Ditadura Civil-Militar. Livro Didático. Narrativa Histórica.

Abstract: Based on the assumption that history has a narrative nature, discussing the narrative on the issue of civil-military dictatorship in the textbook is of paramount importance for the discussion of an education in and for human rights. As well as for one of the main axes of the so-called Transitional Justice, the right to memory and truth and the struggle for Nevermore!, that is, the struggle for atrocities that the country experienced will never happen again. The main motivation for the construction of this paper is based on the following points: first, the familiarity I have

Building the way

with the source (textbook History in the present day, 9th grade, by Flávio Campos, Regina Claro and Miriam Dolhnikoff, chosen by some schools of Federal District public network for the three-year period 2017-2019). Secondly, I believe that working and dealing with the Brazilian civil-military dictatorship (which was one of the points of my doctoral thesis) is a constant struggle for human rights and for the preservation and promotion of the right to memory and truth. Another point of relevance is that as it is material that will be used in the 2017-2019 triennium by some public schools in the Federal District, which will affect how a percentage of young people will learn about the recent history of Brazil.

Keyword: Civil-Military Dictatorship. Textbook. Historical Narrative.

A narrativa sobre a ditadura civil-militar no livro didático de 9º ano da rede pública do Distrito Federal

Discutir como o livro didático trabalha a questão da ditadura civil-militar é de suma importância para a discussão de uma educação em e para os Direitos Humanos, assim como para um dos principais eixos da chamada Justiça de Transição, qual seja, o direito a memória e a verdade e a luta para o Nunca Mais!, isto é, a luta para que atrocidades que o País vivenciou nunca mais voltem a ocorrer.

A principal motivação para a construção desse trabalho está alicerçada nos seguintes pontos: primeiro, a familiaridade que tenho com a fonte (livro didático *História nos Dias de Hoje*, 9º ano, de Flávio Campos, Regina Claro e Miriam Dolhnikoff, escolhido por algumas escolas da rede pública do Distrito Federal para o triênio 2017-2019); segundo, acredito que trabalhar e tratar sobre a temática ditadura civil-militar brasileira (que foi um dos pontos de minha tese de doutoramento) é uma luta constante pelos Direitos Humanos e pela preservação e promoção do direito a memória e verdade; outro ponto de relevância é que, por ser material que será utilizado no triênio 2017-2019 por algumas escolas da rede pública do Distrito Federal, o que afetará como uma porcentagem de jovens irá aprender sobre a história recente do Brasil.

Antes de tudo, é de sua importância explicitar o conceito de Justiça de Transição e como se apresenta o diálogo com os Direitos Humanos e a necessidade de não esquecer para o Nunca Mais!

Justiça de Transição, em linhas gerais, é a resposta que um Estado Democrático visa apresentar as violações sistemáticas e generalizadas aos

Building the way

direitos humanos, tendo como objetivo reconhecer e reparar às vítimas, promover iniciativas de reconciliação, justiça e democracia, reformas institucionais, o direito a verdade e do saber para que não se repitam as violações ocorridas no período autoritário/ditatorial.

O termo foi cunhado por Ruti Teitel a época do colapso do bloco comunista europeu e dos processos de redemocratização na América Latina. Segundo ela:

‘Transitional justice’ is an expression I coined in 1991 at the time of the Soviet collapse and on the heels of the late 1980’s Latin American transitions to democracy. In proposing this terminology, my aim was to account for the self-conscious construction of a distinctive conception of justice associated with periods of radical political change following past oppressive rule.¹ (TEITEL, 2008: p. 01)

Teitel concebe justiça de transição como a realização da justiça (aqui utilizada em seu entendimento mais amplo) e de mudanças políticas. Para ela, a justiça tem um papel transformador:

Law is caught between the past and the future, between backward-looking and forward-looking, between retrospective and prospective, between individual and collective. Accordingly, transitional justice is that justice associated with this context and political circumstances. Transitions imply paradigm shifts in the conception of justice: thus, law’s function is deeply and inherently paradoxical. In its ordinary social function, law provides order and stability, but in extraordinary periods of political upheaval, law maintains order ever as it enables transformation. Accordingly, in transition, the ordinary intuitions and predicates about law simply do not apply. In dynamic periods of political flux, legal responses generate a *sui generis* paradigm of transformative law.² (TEITEL, 2000: p. 06)

¹ "A justiça transicional" é uma expressão que eu inventei em 1991, no momento do colapso da União Soviética e no final dos anos 1980, quando ocorreram as transições latino-americanas para a democracia. Quando propus esta terminologia, o meu objetivo era dar conta da construção de uma autoconsciência, de uma concepção distinta da justiça associada com períodos de mudança políticas radicais seguintes a um passado de regimes opressivos. Tradução do autor.

² A Justiça (lei) é travada entre o passado e o futuro, entre olhares voltados para o passado e para o futuro, entre retrospectivas e prospectivas, entre concepções individuais e coletivas. Assim, a justiça transicional é a justiça associada a contextos e circunstâncias políticas. As Transições implicam mudanças de paradigma na concepção de justiça: assim, a função da lei é profundamente e inerentemente paradoxal. Em sua função social comum, a lei fornece a ordem e a estabilidade, mas em períodos extraordinários de agitação política, a lei mantém a ordem, pois permite a transformação. Assim, na Justiça Transicional, as intuições ordinárias e os predicados sobre a lei simplesmente não se aplicam. Em períodos de dinâmicas de fluxo político, respostas legais geram um paradigma *sui generis* de lei transformadora. Tradução do autor.

Building the way

Paul van Zyl define a justiça transicional como

o esforço para a construção da paz sustentável após o período de conflito, violência em massa ou violação sistemática dos direitos humanos. O objetivo da justiça transicional implica em processar os perpetradores, revelar a verdade sobre crimes passados, fornecer reparações às vítimas, reformar as instituições perpetradoras de abuso e promover a reconciliação. (ZYL, 2011: p. 47)

102

Outra definição Justiça de Transição que merece destaque é a apresentada pela Organização das Nações Unidas (ONU) no documento S/2004/616. Neste documento,

A noção de “justiça de transição” [...] compreende o conjunto de processos e mecanismos associados às tentativas da sociedade em chegar a um acordo quanto ao grande legado de abusos cometidos no passado, a fim de assegurar que os responsáveis prestem contas de seus atos, que seja feita a justiça e se conquiste a reconciliação. Tais mecanismos podem ser judiciais e extrajudiciais, com diferentes níveis de envolvimento internacional (ou nenhum), bem como abarcar o juízo de processos individuais, reparações, busca da verdade, reforma institucional, investigação de antecedentes, a destituição de m cargo ou a combinação e todos os procedimentos. (ONU, 2009: p. 325)

Vários autores discutem a justiça transicional e, mesmo com divergências em determinadas concepções, têm como denominador comum quatro (04) pilares ou dimensões fundamentais para a realização da justiça de transição, a saber: 1) a reparação, pois os estados “têm o dever de fornecer reparações as vítimas de graves violações de direitos humanos” (ZYL, 2011: p. 52); 2) verdade e a construção da memória, considerando que “é importante não somente dar amplo conhecimento ao fato de que ocorreram violações dos direitos humanos, mas também que os governos, os cidadãos e os perpetradores reconheçam a injustiça de tais abusos” (ZYL, 2011: p. 50); 3) a realização da justiça e o restabelecimento da igualdade perante a lei afim de “julgar os perpetradores que cometeram graves violações dos direitos humanos” para “evitar futuros crimes, dar consolo as vítimas, pensar um novo grupo de normas e dar impulso ao processo de reformar as instituições” (ZYL, 2011: p. 49); 4) a reforma das instituições que perpetraram atos de violência contra a dignidade humana, “para confrontar as atrocidades em massa [...] estabelecer a verdade sobre as violações e reparar as vítimas”. (ZYL, 2011: p. 53) Essas

Building the way

dimensões são importantes, pois não há reforma das instituições sem verdade e construção da memória, nem justiça ou mesmo a reforma das instituições, sem reparação e não há como constituir a transição sem que haja verdade e a construção da memória. (ABRÃO e TORELLY, 2011: p. 215; QUINALHA, 2013: p. 136) Segundo entendimento das Nações Unidas, esses quatro pilares são essenciais para a constituição de um Estado Democrático que respeite as principais normas internacionais dos Direitos Humanos. Assim,

En particular, la justicia transicional y la lucha contra la impunidad se fundamentan en cuatro de los principios de las normas internacionales de derechos humanos: a) la obligación del estado de investigar y procesar a los presuntos autores de violaciones graves de los derechos humanos y del derecho internacional humanitario, incluida la violencia sexual, y de castigar a los culpables; b) el derecho a conocer la verdad sobre los abusos del pasado y la suerte que han corrido las personas desaparecidas; c) el derecho de las víctimas de violaciones graves de los derechos humanos y del derecho internacional humanitario a obtener reparación; y d) la obligación del Estado de impedir, mediante la adopción de distintas medidas, que tales atrocidades vuelvan a producirse en el futuro.³ (ONU, 2014: p. 5)

O campo da Justiça Transicional deve ser pensando e trabalhado para o fortalecimento das instituições democráticas, visando estabelecer bases para responsabilidades e publicidade dos processos judiciais, da reparação das vítimas do abuso de poder e, principalmente, a criação de garantias para a não repetição de eventos de abuso contra a dignidade humana, principalmente por meio de uma educação que lembre e relate os fatos para que se tenha uma memória sobre o que ocorreu para que fiquemos em alerta, para não deixar que o fantasma da violação dos direitos volte a ocorrer.

Para este texto, o pilar que desenvolve a questão da verdade construção da memória é o de maior relevância, pois será ele que guiará a leitura e análise do livro didático de 9º ano da rede pública do Distrito Federal. Livros Didáticos podem

³ Em particular, a justiça transicional e a luta contra a impunidade se fundamenta em quatro dos princípios das normas internacionais dos direitos humanos: a) a obrigação do Estado de investigar e processar os prováveis autores de violações graves dos direitos humanos e do direito internacional humanitário incluída a violência sexual e de torturar prováveis culpados; b) o direito de conhecer a verdade sobre os abusos cometidos no passado e o que ocorreu com as pessoas desaparecidas; c) o direito das vítimas de violações graves dos direitos humanos e do direito internacional humanitário de obter reparação; e d) a obrigação dos Estado de impedir, mediante a adoção de medidas distintas que tais atrocidades voltem a ocorrer no futuro. (Tradução do autor)

Building the way

ser considerados ferramentas para a constituição de memórias sobre o passado recente do Brasil, mas não únicos. Contudo, essa ferramenta só possibilita a construção de uma memória, segundo Benjamin, se houver empenho no presente (vontade) para tal, assim como da ação da/o docente para desenvolver o debate e apontar inconsistências entre o conhecimento apontando pelo livro didático e os acontecimentos entre 1964 e 1985.

Os livros didáticos, os mais usados instrumentos de trabalho integrantes da “tradição escolar” de professores e alunos, fazem parte do cotidiano escolar há pelo menos dois séculos. [...] Diversas pesquisas têm revelado que são um instrumento a serviço da ideologia e da perpetração de um “ensino tradicional”. (BITTENCOURT, 2004: pp. 299-300)

Indagar o que propõe ou pretende propor o livro didático quando organiza e apresenta um determinado conteúdo é de suma importância, para compreender como o material didático colabora na constituição de uma memória e entendimento sobre a história recente do Brasil. Analisar como o livro didático *História nos Dias de Hoje*, unidade feita para o 9º ano do ensino fundamental II, apresenta e organiza o conteúdo sobre o período que o Brasil vivenciou uma ditadura civil-militar é o objetivo deste texto, pois considero o livro didático um suporte de conhecimentos escolares (as vezes o único), que mediado pelo/a professor/a, alcança diretamente os discentes da rede pública de ensino.

Desta forma, quando trato da preservação promoção da memória para lembrar e impedir que acontecimentos nefastos da história recente caíssem no esquecimento e que não se repitam, realizo a discussão fundamentada na concepção de verdade apontada por Hannah Arendt, isto é, de que verdade, diferentemente de fato, opinião ou interpretação, é o que não se pode modificar, sendo estabelecida por testemunhas e é dependente de comprovação. Segundo Benjamin, historiadores e pesquisadores que lidam com o passado articulam “historicamente o passado”, o que não significa conhecê-lo tal como foi, mas apoderar-se de uma recordação “quando ela surge como um clarão num momento de perigo”. (BENJAMIN, 2012: p. 11) Por meio da memória é que é possível alcançar a verdade oculta, isto é, não apenas o factual, mas, como afirma Arendt, aquilo que não se pode mudar ou modificar, mas os fatos que ocorreram e estão

Building the way

ocultos do conhecimento, da interpretação que é uma forma de reorganização dos fatos de acordo com uma perspectiva específica ou mesmo temporal.

A verdade necessária para constituição de uma justiça de transição repousa no conhecimento dos fatos e eventos que ocorreram e COMO ocorreram, isto é, trazer à luz aquilo que está nas trevas. “O passado só pode ser apreendido como imagem irrecuperável e subitamente iluminada no momento do seu reconhecimento” (BENJAMIN, 2012: p. 11), pois o passado que está no limiar do desaparecimento, seja pela destruição de arquivos, falecimento de sobreviventes ou não preservação da memória, só está nesta situação, pois os que vivem no presente não reconheceram no presente à importância deste passado, desta memória.

Poder interpretar fatos não justifica desonestidade acadêmica e escolar dos mesmos. A partir do momento que os fatos são manipulados, alterando a verdade, o fato, o direito, a interpretação também se rompe, edificando a simples mentira. Para a autora, a interpretação é uma forma de reorganização dos fatos de acordo com uma perspectiva específica ou mesmo temporal. Desta forma, a possibilidade de interpretação dos fatos não é justificativa para a manipulação.

O livro didático é ferramenta escolar basal para a constituição de um primeiro entendimento histórico dos fatos para os discentes. Assim, é possível afirmar que compreender como o livro que será utilizado em algumas escolas da rede pública do Distrito Federal apresenta a questão da ditadura civil-militar para os alunos e alunas do 9º ano do ensino fundamental II é estar em constante alerta para que ocorra a luta pelo direito a memória um período autoritário para a democracia. Essa concepção de verdade está em consonância com Circe Bittencourt, que aponta

que o livro didático não é responsável de forma isolada por essa sedimentação de uma memória histórica; na maior parte das vezes, serve como veículo de reprodução de uma historiografia responsável pela produção dessa mesma memória e que renova interpretações, mas sempre em torno dos mesmos consagrados fatos, que se tornam os nós explicativos de todo o processo histórico. (2004: p. 304)

Concebido como um documento de seu tempo, assim como as representações feitas sobre os assuntos abordados por ele, o livro didático deve ser

Building the way

tratado como uma fonte de seu tempo que relata problemas, vicissitudes e a própria História brasileira recente, que carece de muitos estudos por estar no centro de disputas de controle, pois como escreveu George Orwell: “Quem controla o passado, controla o futuro. Quem controla o presente, controla o passado”. Nas palavras de Ferreira e Gomes,

106

A memória seleciona fatos para lembrar, dependendo de quem lembra e quando se lembra. A memória sofre as influências do momento em que o passado é rememorado por alguém. A narrativa histórica também se transforma com o passar do tempo, com a abertura de novos arquivos e com os debates entre historiadores, por exemplo. (2014: p. 376)

Memórias e histórias estão no centro de disputas de poder, sendo que o livro didático é um dos instrumentos dessa disputa, principalmente quando se trata da história recente do Brasil. É de se perceber que a tradição política do País não é de “acertar contas” com seu passado. O Estado não responsabiliza seus agentes por ações, impedindo uma reconstituição dos fatos e do perdão às e das vítimas. Não há o respeito à preservação da memória, impedindo que exerça sua função primordial como ato político de afirmar, redefinir e transformar os valores de uma sociedade conduz ao esquecimento. Discutir sobre a reconstituição da memória sobre o período civil-militar recente no Brasil é essencial, por ser meio pelo qual se pode readquirir o sentimento de justiça, principalmente da justiça fundada em concepções éticas, “na medida em que ela fornece o elo de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo.” (SOARES; KISHI, 2009: p. 58)

Importante ressaltar que, como lembra Halbwachs, a memória é uma construção e não mero fragmento do passado, que é revivido de maneira intacta, pura. Para Grynszpan e Pandolfi,

as memórias individuais se constroem dentro de quadros que são sociais, coletivos. Além disso, nem todas as memórias individuais são tomadas como partes componentes das memórias coletivas [...] e, quando o são, nem todas têm o mesmo valor, a mesma posição, os mesmos sentidos dentro da estrutura geral das memórias coletivas [...] (2007: p. 77)

Sendo fenômeno construído pela sociedade ou por grupos sociais, a memória está submetida ao presente e as constantes mudanças de interesse que os

Building the way

interesses do presente impõem. Lembrar não é reviver, mas refazer o passado com imagens, ideias e representações de cada indivíduo e do coletivo.

Não basta reconstituir pedaço a pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstrução funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros [...]. Somente assim podemos compreender que uma lembrança seja ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída. (HALBWACHS, 2003: p. 39)

107

Walter Benjamin aponta que as ações e escolhas do presente influenciam a memória, o rememorar e a própria concepção de História. Como aponta o próprio autor, “a história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de ‘agoras’”. (1994: p. 229) Os fragmentos do passado são organizados e (re)significados pelo presente tendo a memória como eixo para a atualização da História, sofrendo mudanças ou permanências. Esta (re)significação “não é nada mais, nada menos que práticas sociais, políticas e culturais concretas” (NUNES, 2005: p.22) dos diferentes grupos socioculturais que compõem a sociedade. Clio⁴ não é evocada para simples lembrança do passado, mas para atuar com sua mãe, Mnemonesi⁵ na escrita significativa e significante do passado. A História, entendida como (re)construção e (re)organização do passado pelo presente pode ser percebida em “*permanente construção, portanto aberta e em constantes rupturas e descontinuidades*, o que remete para o tempo de ‘agoras’, tempo este que se contrapõe ao tempo homogêneo, vazio e linear da História dos grandes personagens e seus feitos” (NUNES, 2005: p. 28)

A memória, elemento central para reabrir o passado, e o tempo são, para Benjamin, repletos de rupturas e há diversas linguagens para “organizá-los” e dar significado e sentido, isto é, há diversas maneiras de contar a História, sendo que o filme, a produção audiovisual, é uma delas.

O livro didático é, assim como a História, uma produção sociocultural que abre caminho para o entendimento de memórias sobre determinado tempo e grupos. Utilizando a trilha aberta por Benjamin, é possível afirmar que o passado atinge o presente por meio de textos, imagens e representações repletas de significados, (re)organizando memórias e posições socioculturais e políticas. O

⁴ Musa grega da História, filha de Mnemonesi, titânide que representa a memória.

⁵ Titânide Grega que representa a memória.

Building the way

material didático escolar é uma das operadoras da (re)organização dessas memórias e analisar esse material é examinar os enunciados construídos social e culturalmente acerca do passado, assim como está sendo ressignificado, além de “verificar quais questões estão sendo obliteradas, que ambiguidades e tensões perpassam a interpretação do processo sócio-histórico” (LEME, 2013: p. 2)

108

Observar o passado no presente para realizar uma reflexão sobre o futuro é base do pensamento de Benjamin e pode ser vista na sua *Tese 12* sobre o conceito de História, comentada por Löwy (2005) que expressa que a “última classe que luta contra a opressão e que é encarregada, segundo Marx, da ‘obra de libertação’ – o proletariado – não pode realizar esse papel, segundo Benjamin, se esquecer seus ancestrais martirizados: não há luta pelo futuro sem memória do passado”. (LÖWY, 2005: p. 109)

Lembrar deve ser um ato de contestação do presente “oficial”, é dar voz aos esquecidos e silenciados. Como o próprio Benjamin sugere deve ser um salto em direção ao passado como um tigre em direção à caça (*Tese XIV*). Com o exposto, afirmo que a memória é (re)organizada em função das tensões e disputas do presente. Essa afirmação está em consonância com a de Alencastro (2006) de que as relações entre esquecer e lembrar, no caso brasileiro, são traumas históricos fundamentais.

Na sociedade brasileira, há traumas históricos fundamentais que passam pelo processo alternado de esquecimento e rememoração para constituir a nossa contemporaneidade. Em longo prazo, há o drama histórico do tráfico negreiro e do escravismo, crucial não só para os afrodescendentes, que em breve serão maioria na população brasileira, como também para entender as divisões e a violência que definem a sociedade atual. Em médio e curto prazo, há o drama da ditadura (1964-1985).

Quando menciona os “traumas históricos”, o autor insere o problema do apagamento, da retração da memória. A maneira como o livro didático suscita questões referentes a ditadura civil-militar referem-se às disputas narrativas entre esquecer e lembrar. Por tratar de assunto pertencente à história recente do País, muitos dos que vivenciaram o regime civil-militar brasileiro, assim como seus descendentes, encontram-se vivos. Muitos testemunhos e experiências contribuíram para a construção de materiais didáticos.

Building the way

O conhecimento é um constructo social que se efetiva na interação sujeito-objeto a partir de ações socialmente mediadas pelo diálogo com a cultura e dados acumulados historicamente (SOARES, 2016: p. 150), sendo que o livro didático um dos meios para acessar essa cultura e dados acumulados. O livro didático de História é um suporte de conhecimento escolar em que diversos alunos e alunas tem acesso a informações, muitas vezes pela primeira vez, relativas a história do País. Segundo Bittencourt,

Além de explicitar os conteúdos escolares, é um *suporte de métodos pedagógicos*, ao conter exercícios, atividades, sugestões de trabalhos, individuais ou em grupo e de formas de avaliação do conteúdo escolar. Essa sua característica de associar conteúdo e método de ensino explica a sua importância na constituição da disciplina ou do saber escolar. Juntamente com essas dimensões técnicas e pedagógicas, o livro didático precisa ainda ser entendido como *veículo de um sistema de valores*, de ideologias, de uma cultura de determinada época e de determinada sociedade. (2004: p. 302)

Visto, assim, como um veículo de valores, o livro *História nos Dias de Hoje*, 9º ano, de Flávio Campos, Regina Claro e Miriam Dolhnikoff, ao tratar sobre a ditadura civil-militar Brasileira se mostra coerente com os debates realizados nas universidades e por pesquisadores. As autoras e o autor denominam o golpe de 1964 de civil-militar, contudo, o período posterior é denominado de ditadura militar.

A posição proposta pelas autoras e autor é coadunante com a de Carlos Fico, apontando que o golpe não pode ser denominado de militar, mas de civil-militar, considerando que foi uma operação que contou com apoio e participação direta da sociedade civil na preparação e execução do golpe. Mas o professor Fico ressalva que não é possível falar de uma ditadura (ou regime) civil-militar, mas sim militar, pois esses teriam “descartado” as lideranças civis que os apoiaram para que pudessem implementar uma concepção própria de governar. Nas palavras de Fico:

se a preparação do golpe foi de fato “civil-militar”, no golpe, propriamente, sobressaiu o papel dos militares. Além das movimentações de tropas, desde o início do regime foi indiscutível a preponderância dos militares, em detrimento das lideranças golpistas civis. [...] Se podemos falar de um golpe civil-militar, trata-se, contudo, da implantação de um regime militar – em duas palavras: de uma ditadura militar. (FICO, 2004: p. 52)

Building the way

O professor Fico tem posição próxima a posição de René Armand Dreifuss que, em seu livro *1964: a conquista do Estado*, afirma que “a queda do governo ocorreu como a culminância de um movimento civil-militar e não como um golpe das Forças Armadas contra João Goulart” (1981: p. 361) e que mesmo após o golpe, cargos em diversas instâncias político-administrativo foram ocupados por civis, como Delfim Neto, Roberto Campos, Paulo Maluf, entre outros. Mas durante os anos seguintes ao golpe, o papel de determinadas lideranças civis vai sendo posto de lado para a consolidação de uma visão desenvolvimentista, nacionalista e autocrática dos militares. Marcos Napolitano segue pela mesma linha de Fico. Ao falar sobre o Golpe Civil-Militar de 1964. Napolitano escreve que:

a partir de outubro de 1963, a crise política engrossou a conspiração que já vinha de longa data e esta, por sua vez, transformou essa crise em impasse institucional. Do impasse à rebelião militar foi um passo. Mas o levante dos quartéis ainda não era, propriamente, o golpe de Estado. Quando muito foi sua senha. Fato esquecido pela memória histórica, o golpe foi muito mais do que uma mera rebelião militar. Envolveu um conjunto heterogêneo de novos e velhos conspiradores contra Jango e contra o trabalhismo: civis e militares, liberais e autoritários, empresários e políticos, classe média e burguesia. Todos unidos pelo anticomunismo, a doença infantil do antirreformismo dos conservadores. (2014: pp. 43-44)

Contudo, sobre o Regime escreve:

O governo Castelo Branco, ao mesmo tempo que prometia um mandato-tampão, nunca escondeu seus objetivos estratégicos – uma política voltada para a acumulação do capital que exigia ações autocráticas de longo prazo. Isso se chocava com as expectativas de boa parte dos golpistas da coalizão de 1964, os quais esperavam uma “intervenção saneadora” com a volta das eleições a curto prazo. A tentativa de conciliar esta dupla expectativa marcou boa parte dos golpistas, que talvez até acreditassem na pantomima democrática que “elegeu” Castelo Branco. Mas o que se viu foi o abandono paulatino das ilusões “moderadas” que estavam no espírito do golpe civil-militar, na direção de uma ditadura. O golpe civil-militar rapidamente se transformaria em regime militar. (2014: p. 67)

O livro didático de Flavio Campos, Regina Claro e Miriam Dolhnikoff, além de coadunar com a perspectiva de Fico, problematiza de maneira muito interessante sobre a composição dos militares que tomaram o poder assim como apresentam

Building the way

imagens sobre presos sendo torturados e imagens dos prisioneiros que foram trocados pelos embaixadores estadunidense, alemão e suíço.

De maneira geral, o livro didático **Nos Dias de Hoje**, de 9º ano, usado por algumas escolas na rede pública do Distrito Federal, problematiza e está alinhado com os debates universitários atuais sobre a ditadura civil-militar brasileira e desenvolve um dos pilares da justiça de transição, qual seja, o direito a memória.

O direito à memória, ao lembrar, é dimensão ética fundamental da cidadania, da solidariedade e, principalmente, da justiça, pois os fatos da história recente do Brasil devem ser estudados, vistos, ouvidos e reconhecidos.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. *O Programa de reparações como eixo estruturante da justiça de transição no Brasil*. IN REÁTEGUI, Félix. (Org.). *Justiça de Transição: manual para a América Latina*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011.

ALENCASTRO, Luis Felipe. *Conferência “Esquecimento e Memória”*. 29 de agosto de 2006. Disponível em: <<http://www.overmundo.com.br/banco/conferencia-esquecimento-e-memoria-luiz-felipe-de-alencastro>>

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. *Il dramma barocco tedesco*. Torino, Itália: Giulio Einaudi Editore, 1971.

_____. *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*. Porto Alegre: L&PM, 2013.

_____. *Escritos sobre mito e linguagem*. São Paulo: Editora Duas Cidades; Editora 34, 2013.

_____. *O Anjo da história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FICO, Carlos. *Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº 47, 2004.

Building the way

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

GRYNSZPAN, Mario; PANDOLFI, Dulce Chaves. *Memórias de favelas, em favelas: favelas do Rio de Janeiro e direito a memória*. IN GOMES, Angela de Castro. (coord.) *Direitos e cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2003.

LEME, Caroline Gomes. *Ditadura em imagem e som: trinta anos de produções cinematográficas sobre o regime militar brasileiro*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses "Sobre o conceito de história"*. São Paulo: Boitempo, 2005.

NOVA, Cristiane. *O cinema e o conhecimento da História*. 1995. Disponível em: <https://www.academia.edu/300773/O_Cinema_Eo_Conhecimento_Da_Hist%C3%B3ria>

NUNES, José Walter. *Patrimônios subterrâneos em Brasília*. São Paulo: Annablume, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *O Estado de Direito e a justiça de transição em sociedades em conflito ou pós-conflito*. IN MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DO BRASIL. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*. N. 1, jan./jun. 2009. Brasília: Ministério da Justiça, 2009. Disponível em <<http://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/anistia/anistia-politica-2>>

_____. Human Rights Council. *Report of the Special Rapporteur on the Promotion of truth, Justice, Reparation and Guarantees of Non-Recurrence, Pablo de Greiff*. UN Doc. a/hrc/21/46. 09 de ago. 2012. Disponível em: <http://www.ohchr.org/Documents/HRBodies/HRCouncil/RegularSession/Session21/A-HRC-21-46_en.pdf> Último Acesso em 26 de março de 2016.

PEDROZA, Regina Lúcia Sucupira Pedroza; CHAGAS, Julia Chamusca. *Direitos humanos e o Projeto político-pedagógico*. IN PULINO, Lúcia Helena Cavasin Zabotto; SOARES, Sílvia Lúcia; BOTELHO DA COSTA, Cléria; LONGO, Clerismar Aparecido; SOUSA, Francisco Lopes de (Org.). *Educação, direitos humanos e organização do trabalho pedagógico*. Brasília: Paralelo 15, 2016.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. In.: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>

PULINO, Lúcia Helena Cavasin Zabotto; SOARES, Sílvia Lúcia; BOTELHO DA COSTA, Cléria; LONGO, Clerismar Aparecido; SOUSA, Francisco Lopes de (Org.). *Educação, direitos humanos e organização do trabalho pedagógico*. Brasília: Paralelo 15, 2016.

Building the way

QUINALHA, Renan Honório. *Justiça de Transição: contornos do conceito*. São Paulo: Outras Expressões; Dobra Universitária, 2013.

ROSENSTONE, Robert A. *A história nos filmes, os filmes na história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

SÀ, Antônio Fernando de Araújo. *40 anos do golpe de 1964: Ditadura nunca mais!* In *Cadernos UFS de História*. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão: Editora UFRS, v. 5, n. 6, jan.-dez. 2004.

SANTOS, Larissa Medeiros Marinho; MIETO, Gabriela Sousa de Melo. *Direitos Humanos e a produção de materiais didáticos*. In.: PULINO, Lúcia Helena Cavasin Zabotto; SOARES, Sílvia Lúcia; BOTELHO DA COSTA, Cléria; LONGO, Clerismar Aparecido; SOUSA, Francisco Lopes de (Org.). *Educação, direitos humanos e organização do trabalho pedagógico*. Brasília: Paralelo 15, 2016.

SANTOS, Marcia de Souza. *A ditadura de ontem nas telas de hoje: representações do regime militar no cinema brasileiro contemporâneo*. 2009. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: <http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4946 >

SOARES, Inês Virgínia Prado; KISHI, Sandra Akemi Shimada. (Coord.). *Memória e verdade: a justiça de transição no Estado Democrático brasileiro*. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

TEITEL, Ruti. *Genealogia da justiça transicional*. IN REÁTEGUI, Félix. (Org.). *Justiça de Transição: manual para a América Latina*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011.

TEITEL, Ruti. *Transitional Justice Globalized*. IN **The International Journal of Transitional Justice**, v. 0, 1-4, 2008. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2143194>

_____. *Transitional Justice*. Nova York: Oxford University Press, 2000.

ZYL, Paul van. *Promovendo a justiça transicional em sociedades pós-conflito*. IN REÁTEGUI, Félix. (Org.). *Justiça de Transição: manual para a América Latina*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011.